

MAPPIN TRUST DE RECEBÍVEIS S.A.

Companhia Aberta - CGC(MF) nº 00.925.788/0001-47

NIRE Nº 35300143493

Ata da 1ª Assembléia de Debenturistas da 2ª Emissão REALIZADA NO DIA 3 DE SETEMBRO DE 1996

Em 3 de setembro de 1996, às 15hs, reuniram-se em assembléia debenturistas detentores de 26.550 debêntures da 2ª emissão de debêntures da Mappin Trust de Recebíveis S.A., representativas de 88,06% dos 30.150 títulos em circulação, à Rua Xavier de Toledo nº 161, 7º andar, nesta Capital, atendendo a convocação da companhia emissora publicada nas edições dos dias 22, 23 e 24 de agosto p.p. do "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e nos dias 22, 23 e 26 de agosto de 1996 do jornal "Gazeta Mercantil", e presentes também representantes da companhia emissora, do agente fiduciário (Banco Credibanco S.A.) e do auditor independente (Trevisan Auditores Independentes), para deliberar sobre a seguinte "Ordem do Dia": 1. Avaliação das implicações na emissão das debêntures ocasionadas pela transferência do controle societário da Actisa S.A. Administração, Indústria e Comércio, e, por consequência, do controle societário do Mappin Lojas de Departamentos S.A. 2. Proposta de mudança da base de remuneração, em função da Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 3/96; e 3. Assuntos gerais. Os presentes elegeram, como presidente da assembléia, o Sr. Sérgio Tuffy Sayeg, representante do Banco Fibra S.A., que convidou a mim, Mário Roberto Naletto, representante do Banco D'el Rey de Investimentos S.A., para secretário. A seguir, o Senhor Presidente declarou iniciados os trabalhos da assembléia e colocou em discussão o 1º item da "Ordem do Dia": **Avaliação das implicações na emissão das debêntures ocasionadas pela transferência do controle societário da Actisa S.A. Administração, Indústria e Comércio, e, por consequência, do controle societário do Mappin Lojas de Departamentos S.A.** O Sr. Leonel Pozzi, diretor de relações com o mercado da companhia emissora, apresentou a nova estrutura societária das empresas Mappin após a transferência do controle acionário da Actisa S.A. Administração, Indústria e Comércio e manifestou o interesse da companhia emissora na continuidade da operação; o Sr. Emilio Carlos Zilio, representante do agente fiduciário, explicou que, tendo em vista a alteração do controle societário do Mappin Lojas de Departamentos S.A., o contrato de cessão de direitos creditórios poderia ser rescindido e que, antes de promover a formalização da rescisão contratual, ouviria o interesse dos debenturistas; solicitou a explicar os efeitos da alteração do controle societário sobre a emissão, o representante do agente fiduciário argumentou que os aspectos formais e objetivos da emissão das debêntures não se alteram com o evento, e que não lhe cabia, portanto, parecer sobre a questão; informou também o representante do agente fiduciário que a agência de classificação de risco SR Rating lhe comunicou verbalmente que avaliara todas as circunstâncias que motivaram a situação de "Títulos em observação" em que se encontra a presente emissão de debêntures e deliberara manter a atual classificação Aa^{SR}, finalmente, o representante do agente fiduciário informou aos debenturistas que, de acordo com o disposto na Escritura de Emissão, as deliberações com relação a qualquer dos assuntos que exija aprovação dos debenturistas serão tomadas por debenturistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, das debêntures em circulação. O Senhor Presidente, então, colocou o assunto em deliberação e debenturistas detentores de 23.550 debêntures, representativas de 78,1% dos títulos em circulação, votaram a favor de que o contrato de cessão de direitos creditórios fosse ratificado sem alterações pelo agente fiduciário, tendo votado a favor da rescisão contratual o representante dos debenturistas Sul América Bandeirantes Seguros S.A. e Sul América Companhia Nacional de Seguros, detentores, em conjunto, de 3.000 debêntures. A seguir, o agente fiduciário propôs à assembléia que, antes de se passar ao 2º item da "Ordem do Dia", fosse também apreciada a ocorrência de perdas, representadas por direitos creditórios vencidos e não pagos por

prazo superior a 12 (doze) meses, na carteira de direitos creditórios global do Mappin Lojas de Departamentos S.A. em montante superior a 5% (cinco por cento) do seu respectivo valor, que representa um evento de avaliação da presente emissão. O diretor de relações com o mercado da companhia emissora explicou aos debenturistas que, desde dezembro de 1995, encontra-se em vigor política de concessão de crédito mais rigorosa que a anteriormente vigente, e que o comportamento das perdas da carteira decorrente dessa nova política apresenta comportamento sensivelmente mais favorável, conforme demonstrado no ITR do 2º trimestre do exercício social em curso da Casa Anglo Brasileira S.A., já divulgado ao mercado. O representante do agente fiduciário informou que reportara o assunto em seus relatórios aos debenturistas referentes aos meses de junho e julho de 1996 e que, tendo em vista que o índice de inadimplência de curto prazo na carteira de direitos creditórios global do Mappin Lojas de Departamentos S.A., representado por direitos creditórios vencidos e não pagos a menos de 60 dias, mantivera-se dentro dos limites de tolerância previstos na escritura de emissão, não considerara que existe risco iminente ao recebimento dos direitos a que fazem jus as debêntures desta emissão, e, portanto, não tomara a iniciativa de declarar o vencimento antecipado dos títulos. Colocada a matéria em votação, os debenturistas deliberaram, por unanimidade, aprovar e confirmar o procedimento adotado pelo agente fiduciário, ressalvando, no entanto, que a tolerância manifestada por essa decisão não representa renúncia ao futuro exercício do direito previsto na alínea "h" no item 1 da cláusula VIII da escritura de emissão. O Senhor Presidente, então, colocou em discussão o 2º item da "Ordem do Dia": **Proposta de mudança da base de remuneração, em função da Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 3/96**, que trata da proposta de modificação do caput do item 11 da cláusula IV da escritura de emissão, formulada pela companhia emissora, que passaria a ter a seguinte redação: "11. BASE DE REMUNERAÇÃO - A base de remuneração das debêntures de cada uma das séries da presente emissão será o valor nominal, acrescido, a partir da data de emissão até o final do 1º período de incidência de juros de cada série, ou seja, até 01.02.97 para a 1ª série, 01.05.97 para a 2ª série e 01.08.97 para a 3ª série, da variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, sendo que o produto da atualização agregar-se-á ao valor nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista nesta Escritura". O diretor de relações com o mercado da companhia emissora explicou que a alteração proposta não surte efeito durante o 1º período de incidência de juros, ao final do qual cada debenturista poderá optar por devolver as debêntures à companhia emissora, e que o objetivo da proposta é o de que, ao se adequar compulsoriamente ao disposto na Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 3/96, a companhia emissora possa oferecer condições compatíveis com aquelas de mercado à época das repactuações; o representante do agente fiduciário apresentou aos debenturistas parecer sobre a suficiência das informações contidas na proposta de modificação das condições. O Senhor Presidente colocou então a matéria em votação, e os debenturistas deliberaram, por unanimidade de votos, aprovar a modificação proposta pela companhia emissora. A seguir, o Senhor Presidente instruiu o agente fiduciário a providenciar todas as medidas necessárias ao desempenho das decisões tomadas e colocou a palavra à disposição dos presentes, e, como não houvesse quem se manifestasse e como não houvessem outros assuntos a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta ata; reaberta a sessão, foi dita lida e aprovada pelos presentes, pelo que foi assinada pelo Senhor Presidente e pelo Secretário, após o que o Senhor Presidente declarou encerrada a assembléia de debenturistas. São Paulo, 3 de setembro de 1996. (a.a.) Sérgio Tuffy Sayeg - Presidente. Mário Roberto Naletto - Secretário. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro nº 1 de Atas das Assembléias Gerais dos Debenturistas. São Paulo, 03 de setembro de 1996. SÉRGIO TUFFY SAYEG - Presidente. MÁRIO ROBERTO NALETTO - Secretário. Secretária da Justiça e Defesa da Cidadania - Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 169.311/96-0, em 15.10.96. Antonio Carlos Guido - Secretário Geral.

Ata, 22/10/96